

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E EDUCAÇÃO FÍSICA: RELAÇÃO DOS PROFESSORES NO CONTEXTO DA APRENDIZAGEM E INCLUSÃO DE UM ESTUDANTE SURDO

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE AND PHYSICAL EDUCATION: RELATIONSHIP OF TEACHERS IN THE LEARNING CONTEXT AND INCLUSION OF A DEAF STUDENT

Pavão, Rita de Cássia de Almeida²² | Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil | cassiapavao@yahoo.com.br

Pavão, Michelle Roberta²³ | Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil | pavaomichelle@hotmail.com

Munster, Mey de Abreu van²⁴ | Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil | mey@ufscar.br

RESUMEN

É de extrema importância um trabalho em parceria entre o professor do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e o professor de EFE (Educação Física Escolar) dividindo a responsabilidade do ensino para favorecer o acesso e a aprendizagem de todos, constituindo um trabalho colaborativo. Partindo deste pressuposto a presente pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre os professores de EFE e do AEE no contexto da aprendizagem e inclusão escolar de um estudante surdo em uma escola estadual de pequeno porte localizada no interior do estado de São Paulo. Sob perspectiva qualitativa, foi utilizada a pesquisa exploratória-descritiva. Como procedimento de coleta de dados foi utilizada a entrevista e como instrumento foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada. Como forma de análise dos dados recorreu-se à análise de conteúdo. Participaram da pesquisa um professor de EFE e um professor do AEE. Percebeu-se que não há parceria entre os professores contrariando as recomendações contidas nos documentos oficiais onde o AEE deve articular o conteúdo entre os professores e colaborar com os diferentes profissionais e setores da escola, no entanto, a organização escolar não garante um trabalho colaborativo, portanto, se faz necessário a criação de nova estruturação que permita e garanta momentos de trocas de saberes e experiências. E para criar nova organização se faz necessário pensar em novas políticas públicas que atentem à importância de oferecer condições adequadas para que o trabalho colaborativo seja uma realidade nas escolas brasileiras.

Palavras-chaves: Atendimento Educacional Especializado, Educação Física Escolar, estudante surdo, trabalho colaborativo.

ABSTRACT

Specialized Educational Assistance (SEA) is a Special Education service that brings together various pedagogical and accessibility resources to meet the needs of students with disabilities and, in turn, School Physical Education (SPE) proposes the effective participation of all students, including students with deafness. Based on this context, it is necessary to work in partnership between the SEA teacher and the SPE teacher, sharing the teaching responsibility to favor everyone's access and learning, constituting a collaborative work. Based on this assumption, this research aimed to analyze the relationship between PE and AEE teachers in the context of learning and school inclusion of a deaf student in a small state school located in the interior of the state of São Paulo. From a qualitative perspective, exploratory-descriptive research was used. An interview was used as a data collection procedure and a semi-structured interview script was used as an instrument. As a form of data analysis, content analysis was used. A PE teacher and an AEE teacher participated in the research. The results were divided into three categories: Teaching planning and EFE, Relationship between AEE and EFE teacher and Communication teacher and deaf student. It was noticed that there is no partnership between the teachers, contrary to the recommendations contained in the official documents where the AEE must articulate the content between the teachers and collaborate with the different professionals and sectors of the school, however, the school organization does not guarantee a collaborative work, therefore, it is necessary to create a new structure that allows and guarantees moments of exchange of knowledge and experiences. And to create a new organization, it is necessary to think about new public policies that pay attention to the importance of offering adequate conditions for collaborative work to become a reality in Brazilian schools.

Keywords: Specialized Educational Service, School Physical Education, deaf student, collaborative work.

²² Mestra em Educação Especial

²³ Doutoranda em Educação Especial

²⁴ Professora Doutora do Departamento de Educação Física

INTRODUÇÃO

As escolas devem ser ambientes que valorizem as singularidades de todos os alunos e um espaço apto a oferecer as oportunidades necessárias ao desenvolvimento das habilidades e potencialidades, inclusive dos estudantes com deficiência (Política de Educação Especial do Estado de São Paulo, 2021).

Partindo desse pressuposto, o sistema de ensino brasileiro vem passando por muitas mudanças, principalmente no que diz respeito a ofertar ensino inclusivo de qualidade para todos. Um dos grandes desafios diz respeito à inclusão escolar de estudantes surdos na escola comum, visto que boa parte destes possui a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação prioritária, necessitando que a escola inclua na sua equipe profissionais com conhecimentos na área, bem com a figura do intérprete em seu cotidiano.

A surdez é entendida como impedimentos permanentes de natureza auditiva, implicando em perdas parcial (deficiência auditiva) ou total (surdez) da audição que, em interação com barreiras comunicacionais e atitudinais, podem dificultar ou impedir a plena participação e aprendizagem do estudante. Deste modo, são necessários recursos didáticos e pedagógicos que promovam a visualidade e possibilitem a superação das dificuldades de aprendizagem, especialmente em relação à língua (Política de Educação Especial do Estado de São Paulo, 2021).

A Resolução nº 4/2009 define que a Educação Especial é uma área de conhecimento e, ao mesmo tempo, uma modalidade de ensino que realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) preferencialmente em Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), assegurando e disponibilizando os recursos e serviços orientando quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiências no contraturno escolar (Brasil, 2009). A formação dos professores que atuam no AEE é definida pela lei que institui diretrizes para o AEE. De acordo com o Art. 12, "o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial" (p.3).

Com base neste contexto, o AEE, ofertado aos estudantes com deficiência, inclusive alunos com deficiência auditiva ou surdez, tem como principais objetivos assegurar e disponibilizar recursos e serviços e orientar quanto a sua utilização no processo de ensino-aprendizagem desses estudantes (Brasil, 2009), além de garantir um sistema educacional inclusivo, onde alunos com e sem deficiência tenham a oportunidade de conviverem e aprenderem juntos, tendo suas especificidades respeitadas e valorizadas.

A Educação Física Escolar (EFE) tem como propósito despertar nos estudantes o interesse em envolver-se com as atividades e exercícios corporais criando convivências harmoniosas e construtivas com outros cidadãos, sendo capacitados para reconhecer e respeitar as características físicas e pessoais e comportamento de si próprio e de outros sujeitos, não

segregando e nem desvalorizando outras pessoas por qualidades e peculiaridades como aspectos físicos, sexuais e ou sociais (Falkenbach, 2002).

Para garantir que as necessidades específicas, ritmos e estilos de aprendizagem dos estudantes com e sem deficiência sejam consideradas se faz necessário um trabalho em parceria entre o professor do AEE e o professor de ensino comum, entre eles os professores de Educação Física (EFE), dividindo a responsabilidade do ensino para favorecer o acesso e a aprendizagem de todos, constituindo um trabalho colaborativo.

Segundo a PEE-SP (2021) os serviços da Educação Especial devem ser conduzidos de modo a efetivar o trabalho colaborativo, promovendo tempos e espaços de articulação e parceria entre os professores do AEE e os professores regentes das classes comuns, visando o aprimoramento de estratégias adequadas para o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com deficiência, a elaboração de materiais pedagógicos adaptados quando necessário e a disponibilização de recursos pedagógicos de acessibilidade nas salas de aula comum.

Com base neste contexto, percebe-se que a EFE favorece a inclusão educacional e social de estudantes com deficiência, incluindo os estudantes surdos, e que o AEE reúne diversos recursos pedagógicos e de acessibilidade para atender as necessidades específicas destes estudantes.

De acordo com as inferências acima e partindo do pressuposto de que práticas inclusivas devam passar por um trabalho colaborativo entre professores do AEE e da sala comum, entre os quais se incluem os professores de EF, este estudo teve como objetivo analisar a relação entre o professor de EFE e o professor do AEE no contexto da aprendizagem e inclusão escolar de um estudante com surdez em uma escola estadual de pequeno porte localizada no interior do estado de São Paulo, Brasil.

MÉTODO

Sob perspectiva qualitativa, foi utilizada a pesquisa exploratória-descritiva como delineamento para compreender a relação interdisciplinar entre professores do AEE e EFE no ambiente escolar.

Mediante aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da UFSCar sob parecer substanciado nº 5.222.928/2022 e autorização da unidade escolar, foi realizado um levantamento junto à escola para recrutar os participantes.

Como critérios de inclusão na pesquisa, para os professores de EF teve-se: aceitar participar com a pesquisa, possuir formação inicial em EF, atuar na escola onde foi realizado o estudo e possuir ao menos um estudante surdo matriculado em sua(s) turma (s). Para a professora do AEE teve-se: aceitar participar com a pesquisa, possuir formação específica para a área da Educação Especial com ênfase na surdez e atender o estudante surdo em Sala de Recursos.

No quadro 1 será apresentada a caracterização de ambos os professores participantes da pesquisa:

Quadro 1: Caracterização dos participantes

Participante	Gênero	Idade	Nível de ensino atuante	Graduação e ano de conclusão	Pós-graduação	Experiência no ensino comum	Cursos de formação na área
Professor de Educação Física	F	41	Fundamental I e II	Licenciatura e Bacharelado em Educação Física/ 2001	Especialização em terapia corporal	11 anos	Disciplina Educação Física Adaptada na graduação
Professor do Atendimento Educacional Especializado	M	43	Fundamental II	Pedagogia/2006 Cursando Licenciatura em Educação Especial	Especialização em Educação Especial com ênfase em Deficiência Auditiva/2013 Mestrado em Educação/ 2016	16 anos (15 anos como professor interlocutor de Libras e um ano como professor do Atendimento Educacional Especializado)	Cursos de Libras

Fonte: Elaboração própria.

Como procedimento de coleta de dados foi utilizada a entrevista e como instrumento foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada composta por questões abertas, de forma que os participantes pudessem responder com base nos seus conhecimentos e experiências de trabalho colaborativo. O roteiro foi pré-elaborado pelas pesquisadoras, tendo passado por validação por pares. Após transcritas as entrevistas foram submetidas à checagem por membros, a fim de garantir fidedignidade.

A entrevista com a professora de EF foi realizada na unidade escolar de sua atuação, mesma escola de matrícula do estudante com surdez. A entrevista com o professor do AEE foi realizada virtualmente via *google-Meet*.

Como forma de análise dos dados recorreu-se à análise de conteúdo (Bardin, 2016).

RESULTADOS

Os dados foram divididos em três categorias: a) Planejamento de ensino de EFE; b) Relação professor do AEE e EF e; c) comunicação professor e estudante surdo.

a) Planejamento de ensino

A professora de EFE relata que realiza planejamento quinzenal, mas não sentiu necessidade ainda de realizar um planejamento específico para o estudante surdo, pois ele interage de forma satisfatória e usa como referência as demonstrações dos exercícios realizadas por seus

colegas. A professora relata ainda que os objetivos, metas estabelecidas e conteúdos programáticos em seu plano de trabalho são os mesmos para os estudantes com e sem deficiência e alega que o estudante surdo está se beneficiando do plano de trabalho geral, por isso não idealiza estratégias específicas, no entanto, declara improvisar de acordo com as necessidades específicas do estudante. A professora declara não dispor de recursos, materiais ou equipamentos adequados às necessidades do estudante surdo.

Em relação às adaptações curriculares a professora de Educação Física comenta que usualmente utiliza comandos diferenciados, realiza demonstrações, utiliza tutoria por pares e oferece atenção individualizada quando necessário, conforme disponibilidade.

O professor do AEE relata não realizar um planejamento específico para o estudante de acordo com os pressupostos do trabalho colaborativo, pois atua e o atende em outra unidade escolar não interagindo com os professores da unidade de matrícula do aluno, portanto, elabora o plano de atendimento sozinho e quem faz a interface professor do Atendimento Educacional Especializado e escola é o professor interlocutor de Libras.

O professor interlocutor de Libras tem como atribuição viabilizar a comunicação dos estudantes que possuem deficiência auditiva ou surdez e sua função é interpretar, por meio de Libras, as atividades didático-pedagógicas e culturais e os conteúdos programáticos desenvolvidos no contexto escolar garantindo o acesso desse aluno ao currículo (São Paulo, 2021).

Constatou-se de acordo com as inferências acima que a comunicação e interação entre professor de EFE e professor do AEE não acontece na elaboração do planejamento, pois esses profissionais não atuam nas mesmas unidades de trabalho, conseqüentemente, não há acompanhamento, apoio ou suporte do AEE para o professor de EF na realização do PAI, planejamento geral ou planos de aulas.

b) Relação entre professor do Atendimento Educacional Especializado e professor de Educação Física

A professora do AEE relata que não existe parceria com o professor de EFE e menciona que essa parceria deveria acontecer nos momentos de trabalho pedagógico coletivo e na sala dos professores, no entanto a Sala de Recursos onde o AEE é realizado fica em outra unidade escolar e por não atuar na escola de matrícula do estudante não consegue oferecer suporte aos professores. Por sua vez, sente falta desses momentos de troca com os demais colegas e defende que essa parceria deveria acontecer, principalmente em relação orientação sobre o uso adequado de Libras pelos professores e adaptação curricular.

A professora de EFE descreve que deveria existir tempo e espaço para a troca de experiências e planejamento colaborativo, mas infelizmente não tem contato com o professor do AEE, pois não tem disponibilidade para realizar visitas técnicas. Refere ainda ter dificuldade na comunicação e adaptação curricular e que todas as situações poderiam ser trabalhadas em

parceria para que essas dificuldades não se configurem problemas de ensino-aprendizagem, criando estratégias de acessibilidade do conteúdo ao estudante surdo, e aos demais.

Percebe-se que não há articulação ao trabalho da professora do EFE em relação ao professor do AEE contrariando as recomendações contidas nos documentos oficiais (PEE-SP, 2021). O AEE deve articular o conteúdo entre os professores e colaborar com os diferentes profissionais e setores da escola, no entanto, a organização escolar não garante um trabalho colaborativo.

A necessidade de parcerias na escola tem sido observada desde o início do processo de inclusão, no entanto, pouco investigada ou efetivada pelos professores de EFE especificamente.

Silva e Fumes (2014) em seus estudos também não identificaram formas efetivas de parceria entre os dois professores, uma vez que para o sucesso desta parceria seria necessário constantes diálogos ou reuniões sistematizadas e realizadas com frequência pré-determinada, o que não existia nas condições de trabalho vigentes no contexto escolar estudado pelas autoras.

Apesar disso e da identificação de que seria necessário intensificar a interação e comunicação, os resultados do estudo desses autores apontaram para as inúmeras possibilidades de parcerias e trabalho colaborativo, em que tanto o plano de trabalho para o AEE, quanto para a EFE pudessem ser realizados, considerado os saberes específicos das áreas, as possíveis trocas de experiências e produções interdisciplinares, respeitando as singularidades de cada estudante buscando buscar alternativas para proporcionar-lhes possibilidades acessíveis de aprendizagem (Silva et al., 2014).

c) Comunicação professor e estudante surdo

Embora relate que o estudante se beneficie do plano geral, a professora de EF comenta que possui dificuldade em relação à comunicação, principalmente quanto aos comandos, regras dos jogos e objetivos das tarefas, mesmo contando com o acompanhamento de um professor interlocutor de Libras.

De acordo com o decreto 5.626/05, a Libras no Brasil é considerada disciplina curricular obrigatória nos cursos de licenciatura. Além disso, no contexto educacional da Educação Básica e Superior, torna-se obrigatória a presença do tradutor e intérprete de Libras para viabilizar o acesso à comunicação, informação e à educação dos estudantes surdos (BRASIL, 2005).

A professora de EFE embora tenha cursado a disciplina de Educação Física adaptada na graduação, não realizou a disciplina de Libras, pois se formou antes da legislação que a regulamenta, não realizou também cursos de formação continuada na área da surdez e atribui o não conhecimento da Língua uma barreira comunicacional com o estudante surdo.

Observou-se durante a coleta de dados, no momento da entrevista com o professor de EF, que o professor interlocutor de Libras apresenta todo o conteúdo da aula em Libras para o estudante com apoio de recursos visuais e/ou tecnológicos; interpreta também a interação dos colegas com o professor e outros eventos em que a escola está inserida; interpreta os processos avaliativos; realiza adaptações de acesso ao currículo antecipadamente, em parceria com o professor regente, bem como elabora complementação dos conceitos; solicita ao professor regente a explicação do conceito por ele apresentado e não entendido pelo estudante e interpreta conforme comunicação por ele requisitada e transmite ao professor as dúvidas e questões do estudante surdo garantindo a mediação entre eles.

Com base neste contexto, o professor interlocutor de Libras busca a melhor estratégia para que o estudante surdo compreenda o que o professor regente está abordando. No entanto, não foram encontrados documentos na legislação que regularizam a função e atribuições deste profissional a mediação entre professor do AEE e professores do ensino comum, entre eles o professor de EFE.

A professora do AEE se comunica com o estudante de forma satisfatória, pois tem conhecimento de Libras, no entanto, relata que seu grande desafio em relação ao aluno é a aquisição da língua de forma mais fluente e diz que realiza intervenções no sentido de criar estratégias para aumentar o tempo de exposição do estudante à Libras, prevenir ausências no ensino comum, promover a assiduidade ao AEE e proporcionar espaços para o uso da Libras no ambiente familiar.

Percebe-se que embora a legislação determine serviços que contemple as necessidades dos estudantes surdos, as dificuldades relacionadas à comunicação ainda é uma realidade nas escolas brasileiras.

CONCLUSÃO

Por meio dos dados coletados, se faz necessário pensar em estratégias e ações que viabilizem e garantam a inclusão e tornem esse processo possível tanto para a escola, quanto para o estudante surdo. As leis que regulamentam o AEE no Brasil citam e informam sobre a importância do trabalho colaborativo, no entanto, essa interação não acontece de fato, pois a estrutura organizacional do sistema escolar brasileiro não promove e garante esses momentos.

Neste contexto, é pertinente refletir como o modelo de trabalho colaborativo pode ser pensado e realizado no contexto da EFE, cujo conteúdo possui especificidades diferentes dos outros componentes curriculares e, portanto, necessita de novos olhares, novos saberes e diferentes formas de apoio ao professor para que este planeje uma aula mais acessível.

Constatou-se a existência de obstáculos para o estabelecimento do trabalho colaborativo, no entanto, tais barreiras não foram advindas dos professores, mas sim da organização da estrutura escolar que não disponibiliza locais, dias e horários acessíveis para que momentos de interação e diálogo aconteçam, ou seja, não podemos atribuir, nestes casos, que a

dificuldade de se manter um trabalho em parceria na escola pesquisada seja dos professores, já que ambos acreditam no sucesso do trabalho colaborativo, ou seja, embora importante, o trabalho colaborativo não é alcançável na realidade desta escola.

Para que tais ações sejam possíveis, se faz necessária a criação de novas políticas públicas que garantam que o trabalho colaborativo seja um serviço viável dando a oportunidade aos professores de planejar e construir conjuntamente ações de promoção e acesso aos conteúdos curriculares a todos os estudantes, especialmente aos estudantes surdos, a fim de atender suas necessidades, as necessidades dos professores e do ambiente escolar.

Para que o trabalho colaborativo de fato aconteça e seja uma realidade nas unidades escolares brasileiras é fundamental modificações na estrutura organizacional que não apenas preveja, mas que garanta que o trabalho colaborativo seja um serviço permanente com o propósito de promover a reflexão sobre práticas inclusivas e a busca por uma escola que assegure a equidade.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo: edição revista e ampliada. *São Paulo: Edições, 70*, 280.
- Brasil. Ministério da Educação. (2009). Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação. *Câmara de Educação Básica*.
- Brasil. Presidência da República. (2005). Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2002. Regulamenta a lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras, e o art. 18 da lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*.
- Falkenbach, A. P. (2002). *A educação física na escola: uma experiência como professor*. UNIVATES. São Paulo (2021). Política de Educação Especial do Estado de São Paulo. *Secretaria da Educação do Estado de São Paulo*.
- Silva, F. K. R., dos Santos, D. N., & Fumes, N. D. L. F. (2014). Os Professores de educação física escolar e o atendimento educacional especializado nas escolas Públicas. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, 15(02). <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/4181>
- Silva, F.K.R., & Fumes, N. (2014). *Possibilidades de Colaboração entre a Educação Física Escolar e AEE na visão dos professores envolvidos*. Anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial. <https://proceedings.science/cbee/cbee6/papers/possibilidades-de-colaboracao-entre-a-educacao-fisica--escolar-e-aee-na-visao-dos-professores-envolvidos?lang>.